

A vitória, depois de muita negociação.

Os principais responsáveis pela aprovação do pacote econômico foram o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, o líder do governo, Pimenta da Veiga, o líder do PFL, José Lourenço; e o líder do PDS, Prisco Vianna. Para isto, eles tiveram de enfrentar as manobras do PT, PDT e de parcela do PDS, que tentaram obstruir os trabalhos.

Para o vice-líder Amaral Netto, do PDS, "o presidente Sarney será um ingrato se não ajudar a reeleição do Prisco, pois sem ele o pacote não seria aprovado". Ainda ontem, pela manhã, foi graças ao líder do PDS que a Aliança Democrática conseguiu aprovar, simbolicamente, a redação final do pacote, anulando a tentativa de oito ou dez deputados do PDS, que exigiram votação nominal. Sem 240 deputados no plenário a matéria não poderia ser votada, mas Prisco votou "sim", por toda a bancada, anulando a manobra.

Além disso, durante toda a semana, Pimenta da Veiga realizou, com êxito, várias negociações em diversas bancadas, conquistando importantes apoios setoriais, que lhe deram boa margem de votos favoráveis, ou presença em plenário para garantir o quórum mínimo de 240 presentes, mesmo com votos contrários.

Com deputados do PDS de Goiás, o líder do governo aceitou o projeto do senador Benedito Ferreira (PDS-GO), já aprovado pelo Senado, que cria o Estado do Tocantins, com desmembramento de parte do território goiano. Pimenta da Veiga comprometeu-se conseguir a aprovação na Câmara, mas não deu nenhuma garantia aos interessados de que o presidente Sarney o sancionaria.

No primeiro semestre, o chefe do governo vetou projeto praticamente idêntico, do deputado Siqueira Campos (PDS-GO).

O Plano Nacional de Informática (Planin) também entrou na negociação. O líder do governo concordou com a redução do prazo de filiação partidária, de 12 para seis meses antes das eleições, mas pediu o apoio do PDS e dos pequenos partidos ao Planin.

Petróleo

Com setores do PDS e dos pequenos partidos, Pimenta da Veiga comprometeu-se a apoiar as coligações proporcionais, ganhando, em compensação, preciosos votos a favor do pacote. Estas negociações, além do aspecto positivo meramente numérico, tiveram outro mérito: criar clima psicológico para quebrar a resistência de setores de várias bancadas ao pacote, como reconheceu ontem o líder governista.

O PDT também foi atingido, com o compromisso de Pimenta da Veiga em votar, antes do início do recesso, projeto do senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), sobre distribuição de royalties do petróleo a Estados e municípios. "Essa matéria representa o primeiro passo na recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro", comentou Nélson Carneiro, abraçando o deputado pedetista Bocaiúva Cunha, que há meses se vinha empenhando pela aprovação do projeto.

A votação do pacote teria sido menos complicada se as autoridades econômicas tivessem examinado com mais cuidado o Projeto nº 6.969, depois retirado por Sarney, que dispunha sobre a venda de ações de empresas estatais. A denúncia dos deputados Alberto Goldman (PCB-SP) e Hélio Duque (PMDB-PR) colheu de surpresa os líderes do PMDB e do PFL.

A confiança nas propostas foi arranhada, reconhecendo líderes da Aliança Democrática, observando que o quadro só não se agravou diante da imediata retirada do projeto "para reexame".